



### Síntese Final

A Região Norte é a região mais pobre de Portugal e segundo a Eurostat encontra-se entre as 30 mais pobres das 254 regiões da UE25, sendo que Trás-os-Montes é mesmo a Sub-Região mais pobre da UE27. Em 2005/2006 (Inquérito às Despesas das Famílias 2005/2006 do INE) havia cerca de 693.00 pobres na região, e hoje, em 2009, teremos nesta região 1 milhão, resultado do encerramento de muitas unidades fabris e falência de outras empresas que levaram ao despedimento de milhares de trabalhadores com a consequente redução dos seus rendimentos, colocando-os numa situação de pobreza preocupante.

Sub-Regiões entre as 30 mais pobres da UE27

Sub-Região mais pobre na UE27



- Apesar da Região Norte ser a mais pobre do país, é na Área Metropolitana do Porto que se encontram as duas maiores fortunas nacionais. Segundo a revista “Forbes”, a lista é liderada por Américo Amorim (líder na Indústria Corticeira) e Belmiro de Azevedo (dono do grupo Sonae) que ocupa a segunda posição.

Encontram-se também na Região líderes sectoriais e mundiais como a RAR (Refinação de Açúcar) e a CIN (Comercialização de tintas e vernizes); a maior Associação de grandes Empresas do País (AEP) e a maior associação de Jovens Empresários (ANJE). E, no entanto o Norte de Portugal continua a ser o recordista da pobreza, sendo detentor do maior fosso entre ricos e pobres, onde convive a prosperidade extrema de poucos com a pobreza excessiva da grande maioria.

- Na Região Norte está prevista a abertura de mais 5 novos centros comerciais (Braga, Guimarães e Maia) que deverão ser inaugurados entre final de 2009 e 2010. Existindo já, na região 25 centros comerciais (3 em Viana do Castelo, 2 em Vila Real, 4 em Braga e 16 no Porto), não fazendo sentido este tipo de licenciamentos para mais hipermercados, já que tal situação prejudicará o comércio tradicional, bem como o crescimento e o emprego nas regiões assimétricas.



- Sendo a Região Norte, uma região de cunho marcadamente industrial e comercial, onde a iniciativa privada assume grande importância económica, para que esta saia do fosso em que se encontra, é, entre outras medidas, necessário aliviar a carga fiscal imposta pelo Estado às empresas. Esta medida a ser implementada permitiria reduzir os custos de produção e permitir o aumento de competitividade das empresas, libertando capital que poderia ser investido na **Investigação & Desenvolvimento** de novos produtos e serviços ou na inovação dos existentes com a consequente criação de riqueza e emprego para a região via exportações. Evidentemente, que a redução drástica do crescente endividamento público, não se poderá verificar a curto ou a médio prazo (entre 3 e 4 anos) condicionando tal facto a redução urgente e desejada dos impostos e que permita o relançamento da nossa economia.
- Ainda aqui, o OGE (Orçamento Geral do Estado) do corrente ano de 2009, aponta para uma despesa de 60 mil milhões de euros, mas a margem é desequilibrada por uma receita simbólica de 30 mil milhões de euros. É evidente, que o crescimento desmesurado da despesa em relação à receita, irá aumentar o endividamento do país e consequentemente condicionar ainda mais o desenvolvimento da região, potenciando o aumento da pobreza. As grandes obras públicas não geram riqueza imediata para que se possa compensar os valores do endividamento. Caso estas obras se viessem a concretizar os impostos para as gerações vindouras iriam agravar a indigência da Região e o baixo rendimento das famílias.
- Por outro, os instrumentos públicos de apoio ao crescimento económico da Região Norte, o Instituto de Apoio às Pequenas e Médias Empresas e ao Investimento (IAPMEI) e o Instituto de Turismo de Portugal (ITP) não apresentam capacidade de aprovação de projectos, muitos deles com qualidade e não estão a cumprir a sua missão de ajuda ao pequeno investimento. Esta realidade advém fundamentalmente dos desajustamentos estruturais do país decorrentes das estratégias adoptadas pelo governo a que se adiciona a crise internacional em que vivemos. A escassez de recursos financeiros disponíveis, associada ao progressivo endividamento externo do país, geram em grande medida a incapacidade orçamental do IAPMEI e do ITP para fazer face ao cumprimento dos seus objectivos, o que tem provocado manipulações nas decisões e a consequente falta de uniformidade de critérios (v.g. *Relatório da Auditoria 04/03-2.ª.s do Tribunal de Contas*).



- Relembrando os apoios do Quadro Comunitário de Apoio III (QCA III) (1 Janeiro 2000 / 31 Dezembro 2006) que atribuíam à Região Norte, no âmbito do Programa POR Norte, cerca de 1.000 milhões de contos (5.000 milhões de euros) e que segundo a Ministra do Planeamento em funções teriam como objectivo atingir um aumento de produtividade na Região Norte de 0,6 a 0,8 pontos percentuais/ano, o que corresponderia no final de 2006 a um aumento de produtividade acumulada de 4,2% a 5,6%, não se concretizou. Perguntamos então, qual terá sido o destino destes milhões de euros, dado que, a Região Norte, não registou o aumento de produtividade previsto pela Sr.<sup>a</sup> Ministra, e cujos resultados finais foi crescimento zero (0).
- Por outro lado, a nível Nacional, o QCA III atribuíu para os Programas Operacionais (Educação, Emprego, Formação e Desenvolvimento Social, Ciência e Inovação) 5.446.873 milhões de euros. No entanto, com estas avultadas quantias atribuídas para o desenvolvimento das áreas atrás descritas, não se verificaram os resultados previstos que consistiam em: elevar o nível de qualificação dos portugueses e promover o emprego, no sentido de modernizar a sociedade e criar condições para uma economia mais competitiva. Salientando o valor elevado de verbas afectas à educação e formação, era de prever um *input* significativo na melhoria das competências da população activa portuguesa, resultado dos processos de transferência e aquisição de saberes formadores → formandos. A transferência de conhecimento decorrente destes processos, deveria causar um impacto significativo no aumento da riqueza gerada por Portugal e em particular na Região Norte, promovendo o aumento da competitividade do tecido económico português face ao mercado externo. Este fenómeno permitiria manter parte dos postos de trabalho existentes, mas sobretudo, geraria novos empregos associados à economia do conhecimento, única forma, sob a qual Portugal poderá competir no mundo globalizado de hoje. Contudo, a lógica da actividade formativa desenvolvida no passado recente, foi a de utilizar a formação não como um instrumento para a melhoria das condições de vida da sociedade via aquisição de competências mas, como um fim em si mesmo passando até pela subsidiação às entidades formadoras. Este facto, conduz a que Portugal apresente investimentos elevados na formação e na educação, mas com baixas taxas de eficácia e eficiência na utilização de recursos, quedando-se com o capital intelectual menos competitivo na U.E.



- Ainda no âmbito da educação e formação, especificamente no que diz respeito à despesa pública em percentagem do PIB, Portugal é dos países que mais investe na educação/Formação (6,0%). Contudo, mantém resultados aquém do que seria de esperar (maior abandono escolar, piores qualificações, maior desemprego e menor desenvolvimento económico). Portugal continua a ser um dos países da U.E com recursos humanos pouco qualificados, factor que reduz de forma significativa a competitividade do país.
- Como exemplo sintomático da pobreza existente na Região Norte, a Fundação Dr. Luís de Araújo, Instituição de Solidariedade Social e Utilidade Pública, registou só em 2008, cerca de 9.000 candidatos a subsídios de indigência. Os relatórios de candidatura, fornecidos pelas assistentes sociais das várias entidades (Juntas de freguesias/Associações) denunciavam a pobreza extrema existente no Grande Porto, confirmando a gravidade deste fenómeno na Região Norte. Nesses relatórios a Fundação detectou candidatos, na sua maioria reformados, com capitações negativas e também uma percentagem muito significativa de candidatos com capitações entre 6 euros e 15 euros. Estas capitações diminutas resultam das baixas pensões e do aumento do custo de vida que colocaram estes idosos em situações francamente difíceis, sobrevivendo sem satisfazer de forma regular todas as necessidades básicas. Encontraram-se ainda muitos candidatos com um rendimento inferior a metade do salário mínimo nacional (SMN), auferido em Portugal, o que significa que vivem com muitas dificuldades e sobrevivem a muito custo. Muitos deles recorrem a familiares e à prestação social CSI (Complemento Solidário para Idosos), mas mesmo assim, o dinheiro não é suficiente para as despesas diárias (renda, luz/água e alimentação) e medicamentos (grande número de idosos têm problemas de saúde). Trata-se de uma população que vive em condições muito difíceis e pouco dignas de uma sociedade como a nossa.



Face à crise presentemente vivida, podemos concluir que o ano de 2009 está a ser o ano mais difícil para a população portuguesa, mas, é a Região Norte que mais sofre a nível nacional, dado que estamos em presença de uma população que detém:

- o maior número de pobres;
- os mais baixos níveis de instrução (relacionadas em parte com incidências consideráveis de abandono escolar) sobretudo face às médias nacional e europeia, apesar dos elevados montantes investidos na formação e educação;
- em média, baixos rendimentos, concretamente, os mais baixos rendimentos do continente;
- um trabalho precário elevado;
- o maior número de desempregados e a maior taxa de desemprego;
- o maior número de licenciados desempregados;
- o maior número de jovens licenciados desempregados;
- o maior número de professores desempregados ou colocados precariamente;
- o maior número de beneficiários do Subsídio de Desemprego;
- o maior número de reformados;
- as mais baixas pensões;
- o maior número de beneficiários do Complemento Solidário para Idosos (CSI);
- o maior número de beneficiários do Rendimento Social de Inserção (RSI);
- o maior número de alcoólicos;
- o maior número de toxicodependentes;
- o menor *poder de compra per capita*.



Perante o cenário descrito anteriormente, são visíveis situações de pobreza extrema, privação e precariedade. O desemprego veio disparar o incumprimento dos encargos fixos das famílias, afectando cada vez mais a população. A classe média vê os seus recursos diminuir de dia para dia sendo mais difícil chegar aos bens essenciais. A face mais visível desta "nova pobreza" é o aumento dos pedidos de ajuda alimentar junto das instituições de solidariedade social, muitas vezes, na sombra do anonimato onde se identificam professores desempregados e muitos outros Técnicos Superiores. Trata-se de uma pobreza que também atinge a população economicamente activa – os trabalhadores, muitas das vezes com um trabalho mal remunerado ou inseguro e que por isso vive no risco de se tornar pobre. Esta é uma realidade que atinge de forma generalizada o mundo não estruturalizado, o nosso país e particularmente a Região Norte.

**Nas previsões de crescimento económico a médio prazo (2011/2017) publicadas recentemente pela OCDE, Portugal surge classificado no 29º lugar que, é o último deste grupo de países. Para a OCDE Portugal crescerá previsionalmente durante aquele período 1,5%. Com efeito, senão houver inflexão na curva do endividamento, mesmo esta parca taxa de crescimento económico estará em risco e por consequência o agravamento do desemprego e da pobreza irá aumentar no longo prazo.**

**Para terminar, a pobreza verificada por este estudo na Região Norte de Portugal, tem origem no *pro-ciclicismo* da política orçamental e das respectivas opções de investimento. Este problema tem solução, mas só a prazo, exigindo escolhas políticas corajosas, uma melhor alocação de recursos na economia no sentido de potenciar o tecido produtivo, a competitividade, mais transparência e uniformidade nos critérios de decisão, rigor nas contas públicas, melhoria da qualidade da despesa pública (corrente e de investimento), controlo e rigor aos incentivos do tecido económico, isto é, se pretendemos viabilização ao financiamento de um qualquer modelo social, mesmo pobre que ele seja, face às múltiplas necessidades que se avizinham para combate à pobreza e às assimetrias existentes.**

#### **Investigadores do Estudo**

**Prof. Dr. Rui Leandro Maia – Universidade Fernando Pessoa**

**Dra. Maria dos Anjos Matos – Centro Estatístico da ANPME – Associação Nacional das PME'S**